

ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL¹

 <https://orcid.org/0000-0003-2671-2244>  [Josiane Roberta Krebs](#)²

 <https://orcid.org/0000-0003-2289-5282>  [Maria Clara Bueno Fischer](#)³

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a organização da economia solidária no Brasil, referenciada em 2024. A metodologia da pesquisa envolveu análise de documentos, revisão da literatura e interlocução com educadores populares e militantes do movimento de economia solidária no Brasil. Os resultados da análise dos documentos apontam que vários atores compõem o campo da economia solidária no Brasil e se organizam em: empreendimentos econômicos solidários (EES); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); uniões e redes de EES; entidades e organizações de apoio e fomento e instâncias de políticas públicas de economia solidária. Foram identificados aspectos que merecem aprofundamento pelos atores da economia solidária como, por exemplo, na 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, prevista para 2025, e em suas etapas preparatórias. Conclui-se que a sistematização e a apresentação da organização da economia solidária no Brasil podem contribuir como um instrumento pedagógico para que pessoas e organizações possam se perceber no movimento de economia solidária e identificar, em seus territórios, possibilidades de articulação entre atores para o fortalecimento da economia solidária e, num sentido mais amplo, para a consolidação de espaços e ações de contra hegemonia. Além disso, compreender a economia solidária como movimento social e política pública é relevante para ações de ensino, pesquisa e extensão em instituições de ensino superior e, também, para a elaboração e proposição de políticas públicas.

Palavras-chave: economia solidária; movimento social; política pública; estrutura organizativa.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento histórico e político oportuno para discutir sobre a formação no e para o trabalho no Brasil. Nesse contexto, em nossas pesquisas, temos nos dedicado a estudar a formação no e para o trabalho associado autogestionário que acontece particularmente na experiência histórica da economia solidária no Brasil.

A economia solidária no Brasil se configura como um campo importante para construção de uma outra sociedade, mais justa, que enfrente a lógica do capital e que

¹Este artigo está vinculado ao projeto “Institutos Federais, desenvolvimento territorial e os saberes do trabalho: um estudo sobre o compartilhamento de saberes entre o Assentamento Filhos de Sepé e o *Campus Viamão* do IFRS”, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, vinculado ao Edital IFRS Nº 75/2019 e ao projeto “Produzindo a cultura do trabalho associado: saberes em (trans)formação na economia popular e solidária”, desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob coordenação de Maria Clara Bueno Fischer, com apoio do CNPq - Processo nº 427481/2018-0.

²Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Contato:** josiane.krebs@viamao.ifrs.edu.br.

³Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Conhecimento e pesquisadora CNPq. **Contato:** mariaclara180211@gmail.com.

possibilite outros modos de produzir a vida e, portanto, outras formas de trabalhar. “Trata-se, portanto, de um movimento composto por identidades distintas, conectadas em torno de princípios comuns de organização econômica e reprodução ampliada da vida” (Silva, 2020, p. 206).

No Brasil, a economia solidária se organiza como um movimento social e, desde 2003, também como uma política pública. Conforme autodeclarado no Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), a economia solidária tem sido uma resposta importante de trabalhadoras e trabalhadores às transformações no mundo do trabalho. Trata-se de uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via de formas de trabalho que combinam princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças: o trabalho associado e autogestionário. Ao considerar o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica, aponta para uma nova estratégia de desenvolvimento, antagônica ao capitalismo (CNES, 2015).

Entender, sistematizar e visibilizar como a economia solidária se organiza no Brasil é importante para o fortalecimento das camadas populares e, portanto, para o enfrentamento das desigualdades sociais, seja através da elaboração de políticas públicas como também da articulação de empreendimentos em rede e de produção da cultura do trabalho associado e autogestionário.

Em pesquisas realizadas em documentos da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) e em consulta a lideranças da economia solidária no Brasil, identificamos a publicação de uma representação em forma de diagrama do Campo da Economia Solidária no Brasil, no “Atlas da Economia Solidária”, publicado pela SENAES em 2006. A partir daí, emergiu a necessidade de atualizar as informações sobre os atores que compõem o referido campo e a pesquisa resultou em uma nova sistematização da organização da economia solidária no Brasil, situada historicamente em 2024.

2 METODOLOGIA

A elaboração da sistematização da organização da economia solidária no Brasil, referenciada em 2024, foi realizada a partir de análise documental, revisão da

literatura e diálogo com representantes da economia solidária que atuam na Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária⁴.

A construção dos dados partiu da análise da representação visual do campo da economia solidária no Brasil publicada no “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, referenciado em 2005, elaborado a partir do resultado do mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES em parceria com o FBES. Ver a Figura 1.

Além dessa representação, identificamos outra na cartilha elaborada através do “Projeto Nacional de Formação em Economia Solidária – CFES Nacional” (2012), documento de referência para construção de processos formativos em economia solidária. Analisamos também as informações do diagrama elaborado por Rizoneide Souza Amorim, intitulado “Representações da Economia Solidária no Brasil”, compartilhado, em 2024, dentro da Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária e ainda não publicado.

Na sequência, analisamos textos e documentos que apresentam informações sobre o processo histórico da economia solidária no Brasil, tanto como política pública, quanto como movimento social e campo de pesquisa. Nessa análise foram utilizados textos que apresentam a história da economia solidária no Brasil e sua constituição como campo de pesquisa. Os textos escolhidos foram: “O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade de unidade através da diversidade” (Santos; Carneiro, 2008) e “O Campo de Pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas” (Silva, 2020). Também foram analisados o “Caderno de Orientações Metodológicas para a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária” (SENAES, 2024), que retoma alguns aspectos do processo histórico da economia solidária no Brasil e traz informações sobre diferentes ações como a recriação da SENAES, em 2023, e o Decreto 5.811/2006, que dispõe sobre a composição, a estruturação, a competência e o funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), documento que nos ajudou a identificar representantes de instituições e organizações que fazem parte do campo da economia solidária no Brasil.

⁴Trata-se de uma rede criada em 2023 que, segundo sua autodescrição em seu grupo de Whatsapp, define-se como “um grupo autogestionário de pessoas que trabalham com educação popular em economia solidária no Brasil”.

Na interlocução com representantes da economia solidária, realizamos, inicialmente, consulta à Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária, através de seu grupo de *whatsapp* em março de 2024, apresentando a representação visual do campo da economia solidária no Brasil em 2005 (SENAES, 2006) e questionando sobre possibilidades de inserção de novos atores e exclusão de atores que poderiam ter deixado de atuar no campo nos últimos 19 anos.

Para finalizar, após a realização da pesquisa e a construção da sistematização, realizamos uma etapa de validação com pessoas representativas do movimento da economia solidária no Brasil. Escolhemos duas pessoas a partir dos critérios de longevidade de atuação no campo; experiência de atuação como educadores populares na economia solidária; inserção ativa em fóruns da economia solidária; elaboração teórico-política no campo; inserção ativa na elaboração e execução de políticas públicas de economia solidária e, ainda, reconhecida legitimidade na Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária.

3 RESULTADOS

O “Atlas da Economia Solidária no Brasil” – 2005 – é resultado do mapeamento nacional que começou a ser idealizado ainda em 2003, logo após a criação da SENAES e do FBES e tinha por intuito criar um banco de dados nacional sobre a economia solidária. Além disso, foi considerado um instrumento para que os próprios empreendimentos econômicos solidários pudessem estabelecer entre si laços econômicos, com a constituição de redes, cadeias produtivas e outras estratégias comuns de acesso a mercados, insumos, crédito, assistência técnica, etc. (SENAES, 2006).

Os dados obtidos no mapeamento⁵ deram origem ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que tinha por objetivo: a) identificar e caracterizar empreendimentos econômicos solidários (EES) e entidades de apoio, assessoria e fomento; b) fortalecer e integrar EES em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais; c) subsidiar o reconhecimento da

⁵Para a realização do trabalho de campo foram constituídas equipes estaduais que envolveram mais de 230 entidades e 600 técnicos e entrevistadores que visitaram 14.954 empreendimentos econômicos solidários, em todas as unidades da federação, envolvendo 2.274 municípios (SENAES, 2006).

economia solidária, a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado; além de d) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (SENAES, 2006).

Consta no atlas um mapa do campo da economia solidária no Brasil destacando que “[...] além dos empreendimentos e entidades de apoio, uma série de novos atores – como a própria Secretaria Nacional de Economia Solidária – passaram a fazer parte deste mapa” (SENAES, 2006, p. 14).

Figura 1 – O Campo da Economia Solidária no Brasil em 2005



Fonte: SENAES/MTE (2006, p. 14).

Seguindo os pressupostos da Educação Popular, sistematizar o conhecimento contribui para a organização do pensamento e para a compreensão da realidade, sendo uma forma também de popularizar a ciência (Fischer, 2012; 2005).

Nesse sentido, investigar como se deu o movimento de atores no campo da economia solidária no Brasil de 2005 a 2024 tendo como base as fontes documentais indicadas nos permitiu compreender que determinados atores e instâncias de organização do movimento se mantiveram, sendo elas: empreendimentos econômicos solidários (EES); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); uniões e redes de EES; entidades e organizações de apoio e fomento e as instâncias de políticas públicas de economia solidária. No entanto, também pudemos identificar alterações com o surgimento de novos atores sociais e com a reorganização de outros. A sistematização da organização da economia solidária no Brasil em 2024 pode ser observada na Figura 2.

Figura 2 – Organização da Economia Solidária no Brasil em 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras com a contribuição do programador visual Oberti Ruschel.

A apresentação do diagrama em círculo tem por intuito destacar que a economia solidária no Brasil se organiza através de diferentes atores sociais que respeitam os princípios da economia solidária e que se materializam de formas diversas, o que não significa que a atuação de um seja mais importante do que a atuação de outro, apenas desempenham diferentes papéis. Indica, também, a atuação em rede que altera a complexidade da experiência de trabalho associado, contribuindo para a compreensão dos atores acerca da totalidade social na qual se inserem. “As relações entre singularidade, particularidade e totalidade sociais são vividas e percebidas, nesses casos, em níveis distintos” (Fischer; Cordeiro; Tiriba, 2022, p. 10). No diagrama, setas duplas indicam a articulação entre os diferentes atores e instâncias de organização do movimento.

Cada uma das instâncias que compõem a economia solidária no Brasil é formada por outros atores. Esse desdobramento está representado por círculos que vão diminuindo de tamanho e estão conectados por linhas contínuas da mesma cor da instância a que estão vinculados, constituindo assim uma grande rede. Nessa organização, enfatizando os espaços de gestão democrática e construção coletiva de diretrizes políticas, temos dois espaços importantes: as plenárias vinculadas ao FBES e as conferências vinculadas às instâncias de políticas públicas. Esses espaços estão representados no diagrama por uma linha tracejada.

Iniciando a leitura do diagrama pelo FBES, além das plenárias como espaços de deliberação, estão representados os fóruns locais, estaduais e macrorregionais, que juntos somam mais de 160 fóruns no país e envolvem mais de 3000 empreendimentos econômicos solidários (FBES, [2012?]).

Na sequência estão os empreendimentos econômicos solidários (EES), que têm como premissa fundamental o trabalho associado e autogestionário. No diagrama, destacamos que os EES podem ser de: produção, serviços, comercialização, trocas, consumo ou finanças. Na área de produção e serviços, identificamos cooperativas populares, associações, grupos ou coletivos de trabalho e empresas recuperadas, chamando atenção também para a importância, na produção, das indústrias solidárias. Os EES de comercialização podem se organizar através de centrais comerciais, lojas

solidárias e feiras de economia solidária. Nas trocas, identificamos grupos de troca e redes solidárias. Já sobre os EES de consumo, chamamos atenção para as cooperativas populares, associações, grupos ou núcleos de consumo, bem como para o fundo de pasto. Por fim, no segmento das finanças, encontramos cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos solidários. No diálogo com representantes do movimento de economia solidária no Brasil, algumas áreas foram lembradas, como, por exemplo, arte e cultura, extrativismo e tecnologia digital que fazem parte dos segmentos supramencionados. Também foi destacada a organização de comunidades e povos tradicionais, que têm suas próprias características e que podem estar incorporadas ao campo da economia solidária.

Muitos EES constituem uniões e redes, que é a instância que temos se seguimos a leitura do diagrama. Nela estão a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS), da qual participam a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários (UNISOL) e a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (UNICATADORES); a Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL); a Rede Brasileira de Bancos Comunitários; as Redes de Economia Solidária (RES), como, por exemplo, a Rede Justa Trama, a Rede Xique Xique, entre outras e a Federação Nacional das Cooperativas de Mobilidade Urbana (Liga Coop).

Também fazem parte da organização da economia solidária no Brasil entidades e organizações de apoio e fomento, entre elas: Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs) e Organizações da Sociedade Civil (OSC); igrejas e pastorais sociais, como a Cáritas Brasileira; movimentos sociais e sindicais, como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); setoriais partidárias de economia solidária; Universidades, Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) através da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs); da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (Rede Unitrabalho); da Rede de

Economia Solidária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede IF EcoSol); do Fórum de Tecnologia Social e Economia Solidária (ForTES); da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); a Rede autogestionária de educação popular em economia solidária; a Rede Juventudes e Economia Solidária (JUVESOL) e a Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Por fim, temos as instâncias de políticas públicas de Economia Solidária, onde estão secretarias, coordenações, departamentos, conselhos, instâncias de participação, programas e projetos, tanto na esfera federal, como nas esferas estaduais e municipais. Nesse cenário, destacamos a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES) que são instâncias fundamentais para fortalecer a economia solidária como política pública no Brasil. Chamamos atenção, também, para as Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES), que são espaços de participação social na construção da política pública e que têm momentos preparatórios através de conferências temáticas, estaduais e locais. Ainda vinculadas às instâncias de políticas públicas, estão a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária e as Frentes Parlamentares de Economia Solidária (nacional, estaduais e municipais).

Salientamos que atualizar a representação do campo da economia solidária no Brasil e apresentá-la em forma de diagrama tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da economia solidária. Enfatizamos que esse campo está em constante movimento e que a sistematização apresentada, assim como qualquer tentativa de sistematização, tem seus limites e, portanto, merece constante atualização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas pessoas e organizações da sociedade civil e de governos vêm atuando no campo da economia solidária a partir de diferentes olhares, lugares institucionais e políticos. Nesse sentido, a sistematização da organização da economia solidária no Brasil,

referenciada em 2024, pode contribuir como um instrumento pedagógico para que pessoas e organizações possam se perceber como parte do movimento de economia solidária e possam identificar em seus territórios possibilidades de articulação entre atores em busca de objetivos comuns para o fortalecimento da economia solidária e, num sentido mais amplo, de espaços e ações de contra hegemonia.

Além disso, compreender essa organização do campo da economia solidária enquanto movimento social e política pública é relevante para ações de ensino, pesquisa e extensão, como também para a proposição de políticas públicas e para identificar pontos de tensão e necessidade de mudanças.

Ressaltamos que esta sistematização apresenta organizações e instituições que compõem o campo da economia solidária no Brasil identificadas a partir da análise de textos e documentos. No entanto, ela não explora cada uma delas, sendo importante novas pesquisas que possam aprofundar reflexões sobre a atuação de cada um dos agentes sociais que fazem parte do referido campo. A sistematização aqui apresentada tenta expressar a complexidade do campo da economia solidária no Brasil e como toda sistematização tem limites. Nosso objetivo com ela é incitar problematizações e esperamos que o seu uso crítico possa fortalecer a experiência da economia solidária.

Por fim, considerando que o campo está em reconstrução e em constante movimento, esta organização pode contribuir para provocar reflexões e mudanças. Nesse sentido, a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (CONAES), prevista para abril de 2025, e suas etapas preparatórias, através das conferências temáticas, locais e estaduais, poderão trazer elementos importantes para o aprofundamento da pesquisa e a ampliação do diagrama da organização da economia solidária no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 5.811 de 21 de junho de 2006**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm Acesso em: 26 nov. 2024.

CNES. Conselho Nacional de Economia Solidária (Brasília). **1º Plano Nacional de**

Economia Solidária (2015- 2019). Brasília: CNES, 2015. Disponível em <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf> Acesso em: 01 jul. 2024.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. [2012?]. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/#:~:text=A%20Plen%C3%A1ria%20Nacional%20%C3%A9%20a,Nacional%20e%20a%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20Executiva>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FISCHER, Maria Clara Bueno. The methodology of 'Systematisation' and its Relevance to Academy . In: CROWTHER, Jim; GALLOWAY, Vernon; MARTIN, Ian (orgs.). **Popular Education: engaging the academy: international perspectives**. Leicester: Niace, 2005, p.123-134.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível... e necessária. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 63–72, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8974>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia; TIRIBA, Lia. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. **Revista HISTEDBR**, on-line, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666486>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SANTOS, Aline; CARNEIRO, Vanderson. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade de unidade através da diversidade. **E-cadernos CES** [online], v. 1, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária (Brasília). **Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005**. Brasília: MTE; SENAES, 2006. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf Acesso em: 01 jul. 2024.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária (Brasília). **Projeto Nacional de Formação em Economia Solidária - CFES Nacional**. Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento. Brasília: SENAES, 2012.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária; CONAES. Conselho Nacional de Economia Solidária. **Caderno de Orientações Metodológicas para a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária**. Brasília: SENAES;CONAES, 2024. Disponível em https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/Caderno_Orientacoes_Metodologicas_4CONAES_v2.pdf Acesso em: 01 jul. 2024.

SILVA, Sandro Pereira. O campo de pesquisa em economia solidária no Brasil: histórico, abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: SILVA, Sandro Pereira. (org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020, v. 1, p. 19-44.